CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE Nº 1365/84 (Proc.DRECAP-3 nº 1707/84)

INTERESSADO: CLÁUDIA LÍLIAN DOS SANTOS STOY

ASSUNTO : Recurso contra resultado dos exames especiais prescritos pelo Parecer CEE nº 1110/83

RELATOR : Conselheiro Heitor Pinto e Silva Filho

PARECER CEE Nº 1443/84 - CEEG - Aprovado em 19/09/84

1. HISTÓRICO:

1.1. O Instituto Educacional "João de Barro", 14ª DE, DRECAP-3, tendo dado início à 1ª s. do 2º grau, no ano letivo de 1982, antes da publicação do ato formal de autorização para funcionamento, obteve deste Conselho, através do Parecer CEE nº 1110/83, a convalidação dos atos escolares praticados nesse período, mediante exames especiais a que seus 15(quinze) alunos deveriam ser submetidos.

1.2. Pois bem, CLÁUDIA LÍLIAN DOS SANTOS STOY, uma dentre esses 15 alunos, prestou os exames de todas as matérias constantes da 1ª série do 2º grau; logrou aprovação em todos os componentes, exceto Matemática.

1.3. O pai da interessada, "inconformado com o resultado da avaliação feita pela banca examinadora" e sopesando os sérios prejuízos que sua filha certamente sofrerá, na hipótese de ter que retornar à 1ª série (observe-se que, em 1983, a aluna cursou a 2ª série do 2º grau na EESG "Dr. Carlos Augusto de Freitas Villalva Júnior" e foi retida. No corrente ano letivo, encontra-se cursando, na mesma escola, a 2ª série novamente), dirigiu-se, aos 14/02/84, ao Sr. Delegado de Ensino da 14ª DE para requerer "o encaminhamento para uma situação que venha solucionar o caso de sua filha".

1.4. Mencionada DE, após prestar informações sobre a sistemática adotada na realização desses exames especiais, opina pela remessa do protocolado a este Conselho, haja vista que o Parecer CEE nº 1110/83 "não explicita quais medidas devem ser tomadas em casos como este"; proposta esta referendada pela DRECAP-3.

1.5. Por sua vez, a COGSP assim se manifesta:

"Analisando o assunto à luz do que dispõe o Parecer CEE nº 1110/83 e considerando especialmente o fato de a aluna estar cursando a 2ª série do 2º grau no corrente ano letivo, entendemos que nada impede que se ofereça outra oportunidade à estudante, submetendo-a a novo exame especial de Matemática, em nível de 1ª série do 2º grau" (fls.19/20).

1.6. Por intermédio do Gabinete do Sr. Secretário de Estado da Educação, o processo veio ter a este Colegiado.

2. APRECIÇÃO:

2.1. A interessada, tendo cursado com aprovação a 1ª série do 2º grau no Instituto Educacional "João de Barro", durante o ano de 1982(período em que o estabelecimento de ensino não tinha autorização para funcionamento), transferiu-se, em 1983, para a EESG "Dr. Carlos Augusto de Freitas Villalva Júnior", cuja matrícula foi efetuada na 2ª série, à vista dos resultados então obtidos na série anterior. Ao final do ano letivo, foi retida na série. No corrente, encontra-se cursando novamente a 2ª série, na mesma escola.

2.2. Ocorreu que, de acordo com o Parecer CEE 1110/83, que tratou da convalidação dos atos escolares praticados em 1982 pelo mencionado I.E. , os alunos, que ali estudaram nessa época, tiveram que ser submetidos a exames especiais de todos os componentes integrantes do currículo da 1ª série.

2.3. Conforme "Declaração" da 14ª DE(expedida aos 04/01/84), a requerente deixou de obter aprovação em Matemática.

2.4. O progenitor da aluna, inconformado e considerando que :

2.4.1. ignorava a situação do I.E."João de Barro" no tocante ao aspecto legal da autorização para funcionamento;

2.4.2. a escola para a qual sua filha se transferiu, "não adota o regime de dependência de Matemática";

2.4.3. tendo em vista a retenção da estudante, em 1983, na 2ª série, o possível retrocesso à 1ª série (na hipótese de ser esta a única alternativa), acarretando a perda de dois anos de estudos, traria sérios prejuízos" a sua vida pessoal e profissional, em tempos futuros";

solicita da autoridade competente a solução mais adequada.

2.5. As autoridades escolares, que se manifestam nos autos, opinam favoravelmente a que se conceda outra oportunidade à aluna, submetendo-a a novo exame especial de Matemática, em nível da 1ª série do 2º grau.

2.6. A nossover, nada obsta à adoção desse procedimento, mesmo porque, este Conselho, na solução de casos análogos (Pareceres CEE nºs 298/82 e 1403/83), tem perfilhado o mesmo entendimento.

3. CONCLUSÃO:

Em face do exposto, fica a Secretaria de Estado da E-

ducação, através da 14ª DE da Capital, autorizada a submeter a aluna CLÁUDIA LÍLIAN DOS SANTOS STOY a exame especial de Matemática, em nível de 1ª série do 2º grau, cuja prescrição inicial encontra-se contida no Parecer CEE nº 1110/83.

CESG, aos 14 de agosto de 1984.

a) Consº Heitor Pinto e Silva Filho
Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA:

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o VOTO do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: César Augusto Teixeira de Carvalho, Edmur Monteiro, Pe. Lionel Corbeil, Luiz Roberto da Silveira Castro, Maria Aparecida Tamaso Garcia e Renato Alberto Teodoro Di Dio.

Sala das Sessões, aos 29 de agosto de 1984

a) Consº Pe. Lionel Corbeil
Presidente

5. DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO:

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 19 de setembro de 1984.

a) CONSº CÉLIO BENEVIDES DE CARVALHO
PRESIDENTE